

Biopolítica da infância e medicalização da educação em tempos de pandemia (covid-19) em Alagoas

Biopolitics of childhood and medicalization of education in times of pandemic (covid-19) in Alagoas

Fernanda Lays da Silva Santos

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Resumo

A infância tem sido alvo de projetos educativos e sociais que não estão isentos de neutralidade política, constituindo-se neles visões de mundo, sociedade, ser humano, sobretudo de infância. Segundo Foucault (2014), a medicina foi uma estratégia biopolítica que interveio na vida das populações, docilizando corpos e mentes para garantir força de trabalho útil, sadia e submissa. Partimos do pressuposto de que, historicamente, a infância tem sido o anseio de sonhos políticos, conforme Kohan (2009) em que a educação infantil foi alvo de investimentos para a formação do sujeito docilizado. Este artigo tem como objetivo analisar os discursos sobre a infância no contexto da pandemia Covid-19 e suas relações com discursos médicos e práticas biopolíticas no contexto escolar alagoano. Este trabalho é fruto da tese intitulada Biopolítica, medicalização e pandemia da Covid-19: saberes, discursos e poderes sobre as infâncias na Educação Brasileira nos séculos 20 e 21 em que adotamos como metodologia pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso. Constatamos que a bio-necropolítica se traduziu no controle do corpo e da vida da população em contexto pandêmico e gerou políticas de exclusão de estudantes da rede pública, constituindo-se na continuação da política higienista no contexto do século XXI.

Palavras-chave: biopolítica; higienismo; medicalização da educação; pandemia de Covid-19.

Walter Matias Lima

Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Abstract

Childhood has been the target of educational and social projects that are not exempt from political neutrality, constituting in them visions of the world, society, human being, especially of childhood. According to Foucault (2014), medicine was a biopolitical strategy that intervened in the lives of populations, making bodies and minds docile to ensure a useful, healthy and submissive workforce. We start from the assumption that, historically, childhood has been the yearning of political dreams, according to Kohan (2009) in which early childhood education was the target of investments for the formation of the docile subject. childhood in the context of the Covid-19 pandemic and its relationships with medical discourses and biopolitical practices in the school context of Alagoas. This work is the result of the thesis entitled Biopolitics, medicalization and the Covid-19 pandemic: knowledge, discourses and powers about childhood in Brazilian Education in the 20th and 21st centuries, in which we adopted bibliographical, documentary and case study research as a methodology. We found that bio-necropolitics translated into control of the body and life of the population in a pandemic context and generated policies to exclude students from the public network, constituting the continuation of the hygienist policy in the context of the 21st century.

Keyword: biopolitics; hygiene; medicalization of education; Covid-19 pandemic.

Informações do artigo

Submetido em 12/07/2023

Aprovado em 12/12/2023

Publicado em 15/01/2024.



<https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n1.p136-158>



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

SANTOS, Fernanda Lays da Silva; LIMA, Walter Matias. Biopolítica da infância e medicalização da educação em tempos de pandemia (covid-19) em Alagoas. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 1, p. 159-178, jan./abr. 2024.

1 INTRODUÇÃO

Desde o fim de 2019, o mundo vive uma crise sanitária com o surgimento da pandemia de Covid-19 causada pelo novo coronavírus SARS-COV-2 – uma família de vírus – que gera infecções assintomáticas ou quadros respiratórios graves. A patologia foi descoberta na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, que se alastrou rapidamente, atingindo a vida da população em diversas nações.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto da patologia como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que significa alerta em maior grau, porém, somente em 30 de março, do mesmo ano, denominou a Covid-19 como pandemia. Diante dessa situação, eclodiram muitos discursos e ações de vários governantes que publicaram medidas para lidar com a situação de contaminação da doença, em específico, a quarentena e o isolamento social.

Diante do contexto pandêmico, medidas foram tomadas através de leis, decretos que determinaram o fechamento de escolas, estabelecimentos, centros comerciais, escolas, entre outros, como medida preventiva em torno de evitar novos casos da Covid-19.

Em paralelo a isso, outras patologias eclodiram, entre elas a social e política, sobretudo, no contexto brasileiro, em que as populações mais desfavorecidas não tinham o atendimento médico devido, bem como não tinha auxílio econômico que as assegurassem no período de quarentena ou isolamento social, ou devido ao desemprego, demissões e falência de estabelecimentos, e quando vieram a receber, foi um valor insuficiente.

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder nos discursos médicos e oficiais sobre a infância em contexto escolar em tempos de pandemia Covid-19. Para tal investigação, utilizamos estudos bibliográficos, documentais e estudo de caso, sobretudo da análise do Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais (PRAEP) em contexto alagoano, configurando-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa.

Veremos, em seguida, as implicações da pandemia no âmbito social, político e educacional, pois a escola está dentro de uma sociedade e tanto a

influência como sofre influência. Isso se faz necessário para refletirmos sobre a rede de relações na qual o poder percorreu, segundo a perspectiva de Foucault (1999), de que o passado ainda está presente em um jogo de poder atuante em práticas discursivas.

2 BIOPOLÍTICA E MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA (COVID-19): UM OLHAR SOBRE O PROTOCOLO DE RETORNO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS (PRAEP) E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE RETOMADA ÀS AULAS DA SEMED-MACEIÓ-AL (2020)

O nosso trabalho envolve uma discussão sobre a biopolítica e medicalização da educação. A primeira significa uma política de Estado sobre a vida da população, como por exemplo, natalidade, casamento e educação que gerem os modos de vida do povo. A população é administrada para ser mais produtiva. A segunda é um instrumento de ação da biopolítica que envolve o saber médico como um discurso e ação de poder que envolve um controle social. A pesquisa envolve uma discussão teórica e metodológica sobre a atuação biopolítica no contexto da pandemia Covid-19 no âmbito da educação escolar. No primeiro momento, trouxemos o contexto que envolve a necessidade da investigação, seguidos de sua discussão e resultados.

Em 2020, em meio pandêmico, já se falava em retorno presencial às escolas¹, mesmo sem a comunidade escolar ter sido vacinada, pois a vacina, no Brasil chegou tardiamente, já se cogitava o retorno presencial às escolas. Tendo em vista, a preocupação das autoridades governamentais em garantir o retorno presencial a todo custo, embora com alto índice de óbitos pela Covid-19 e sem a população estar vacinada, foram feitos protocolos de biossegurança para trazer orientações à comunidade escolar para um possível retorno “seguro”. Para tal, foi elaborado o documento Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais (Praep), pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), de Alagoas, como uma espécie de cartilha ou manual para ser adotada por

¹ Devido a pandemia Covid-19 foram tomadas medidas de prevenção como quarentena e isolamento social em que várias instituições e estabelecimentos foram fechados, entre eles, a escola. No entanto, mesmo sem a vacinação de todos foram criados Protocolos para retorno às atividades, entre elas, a escolar.

professores, estudantes, toda a comunidade escolar, conforme o citado abaixo:

Neste documento é apresentado o protocolo de segurança sanitária, nutricional e alimentar que servirá como guia de ações a serem seguidas pelas unidades de ensino do Estado de Alagoas antes e durante o retorno às atividades escolares presenciais. Nele contém **medidas de orientação** que delimitam os espaços, o quantitativo de pessoas em ambientes fechados e regras de limpeza para a convivência coletiva, como por exemplo a higienização das mãos, de superfícies de contato e distância de segurança na interação interpessoal dentro do ambiente escolar. Enquanto não for disponibilizada uma vacina ou não houver avanços significativos no tratamento da Covid-19, **a garantia da segurança à saúde** é importantíssima na volta das aulas presenciais. Deveremos assim, ser cautelosos nas orientações acerca do retorno das atividades presenciais não somente nas questões de higiene como também nas questões dos efeitos psicológicos causados pelo longo período de distanciamento social e quarentena (Alagoas, 2020, p. 2, grifo nosso).

Segundo Esposito (2020), dando continuidade ao pensamento foucaultiano, a biopolítica, de um lado, é uma política que busca promover a “vida”, de outro, está intimamente ligada ao poder soberano, que precede a modernidade, e traz a discussão de imunidade, advogando que toda a biopolítica é imunológica. Para esse mesmo autor, esse poder que deixa uns viver e outros morrer parte da noção de imunidade, que, a partir disso, constrói-se o conceito moderno de soberania política: “assim também a soberania moderna permite a emergência de uma sociedade de indivíduos isolados, assente, enquanto sociedade, na sua imunidade recíproca, isto é, na própria privação e subtração do *munus*.” (Esposito, 2010, p. 4). Diante disso, podemos perceber que o propósito mostrado na citação envolve a noção de imunidade, pois toma o corpo para estabelecer a ordem, como na modernidade:

Hacer de la voluntad de poder el impulso vital fundamental implica afirmar, a un tiempo, que la vida tiene una dimensión constitutivamente política y que la política tiene como único fin conservar y expandir la vida (Esposito, 2010, p. 16).

Essa imunidade, nessa perspectiva, envolve pensar que são necessários determinados grupos se protegerem de outros, ou seja, estarem “imunes” ao que os “perigosos” e “degenerados” possam transmitir. Segundo Caponi (2012, p. 25) traz uma definição de degeneração: “A ideia de

degeneração remete a um processo de degradação patológica do tipo normal e primitivo da humanidade, que é transmitido hereditariamente, provocando uma afecção de ordem física, intelectual e moral”. Expor a degeneração seria um meio de disseminar a ideologia nazista, mostrando assim, o que era “anormal”, “indesejável”, o que deveria ser evitado ou eliminado.

Foucault (2001), em *Os anormais*, destaca a teoria psiquiátrica da degenerescência a partir das análises da hereditariedade, em que esta justifica pelo saber científico um racismo étnico. Nesse viés, o filósofo francês destacou que essa noção de degeneração de determinados grupos subsidiou o nazismo, ou seja, a defesa interna da sociedade contra os anormais.

Vocês estão vendo, como nessas condições, a psiquiatria pode efetivamente, a partir dessa noção de degeneração, a partir dessas análises da hereditariedade, conectar-se, ou antes, dar lugar a um racismo, um racismo que foi nessa época muito diferente do que poderíamos chamar de racismo tradicional, histórico, “o racismo étnico”. O racismo que nasce com a psiquiatria dessa época, é o racismo contra o anormal, é o racismo contra o indivíduo, que, sendo portador seja de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer, pode transmitir a seus herdeiros (Foucault, 2001, p. 403).

Com essa política educacional mostrada no Praep, podemos perceber um racismo que perpassa pelo étnico, cultural, etário e social que envolve a exposição das pessoas da camada popular, negras, pardas, crianças e suas famílias que frequentam à escola pública ao adoecimento e até mesmo à morte. Desse modo, para a população eugênica estar imune ou imunizada, torna-se necessário eliminar a ameaça: “os degenerados, os diferentes, os doentes sociais”, então expor à morte essa população é uma forma direta para tal intento.

Outro conceito destacado é o de *Necropolítica* destacado por Achille Mbembe (2016) que manter a ordem envolve combater a barbárie que envolve um estado de exceção em que tomamos como exemplo o nazismo (campos de concentração) que traziam judeus, ciganos, comunistas, homossexuais para eliminação; a população negra do continente africano que fora privada de direitos humanos ao serem trazidos para o Brasil, e ficaram em condições de escravidão; após a abolição da escravatura: a esterilização forçada, interdição de casamentos de pessoas de etnias diferentes legitimado pela legislação e

ciência (eugenia). Desse modo, seria uma política para eliminar determinados povos que foram ou são vistos como “problemas, inferiores ou atrasos sociais”.

O documento do Praep busca voltar a normalidade do que era antes da pandemia Covid-19, em que aponta:

Os impactos gerados pelo novo coronavírus devem ser combatidos com planejamentos e ações que assegurem uma readaptação e novos aprendizados referentes aos cuidados à saúde individual e coletiva. É importante destacar que o mundo enfrenta a pandemia da COVID-19 e que toda e qualquer estratégia que visa garantir a não disseminação do vírus é fundamental para o restabelecimento das rotinas e da nova normalidade (Praep, 2020, p. 8).

No entanto, trazer orientações que visam o possível retorno presencial em pleno contexto da Covid-19, em que a maior parte da população não tinha sido vacinada, isso seria expor os professores, estudantes, demais profissionais da educação, familiares ou responsáveis à morte, constituindo assim uma bio-necropolítica. Desse modo, enquanto a biopolítica promove à vida, a necropolítica, promove à morte, conforme aponta “talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja sobretudo o da fantasia da separação e até do extermínio” (Mbembe, 2017, p. 66). No entanto, pensamos em uma bio-necropolítica, pois há um discurso de promover a vida, a saúde e ao mesmo tempo envolve a morte de determinados grupos, ou seja, uns precisam morrer, para outros viverem, assim ambas perpassam pelo discurso social, político e educacional no qual vivenciamos, conforme, podemos ver em seguida:

No Estado de Alagoas, a Secretaria de Estado da Educação considera necessária a criação de protocolos que sirvam como manuais de orientação à prevenção da doença e à promoção da saúde pública no intuito de esclarecer e preparar as escolas para um possível e gradual retorno às aulas. No ambiente escolar, este protocolo tende a amenizar as incertezas de procedimentos, visando **padrões de condutas comportamentais** mais adequados pela equipe técnica da escola, estudantes e comunidade escolar (Praep, 2020, p. 8, grifo nosso).

Foucault (1987) destaca que o poder envolve uma rede de relações envoltas em uma dimensão micro capilar e conjugada ao saber, constituindo um saber-poder que está presente em vários espaços, contextos e discursos. Nesse sentido, podemos pensar que o discurso supracitado se permeia em relações de

saber e poder, um saber que está relacionado com o poder estatal que está circunscrito em mecanismos de controle, disciplinarização e docilização de corpos e mentes. O que seriam as disciplinas ou disciplinarização? Na perspectiva foucaultiana, são tecnologias exercidas pelo poder que significam práticas que operam em diversas instituições em que:

Para as disciplinas o que importa é estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos (Foucault, 1987, p. 31).

Assim, instaurada a disciplina, perpassa pela moralização que envolve processos de subjetivação por meio de “padrões de condutas comportamentais”. Ela é o exercício do poder sobre o corpo envolvendo estratégias de individualização, e está a serviço do governo de condutas, ou seja, da governamentalidade. Isso nos lembra o fenômeno *panóptico*² de Foucault (2010), um dispositivo de poder, em que os indivíduos são treinados, modificados em seus comportamentos. Um exemplo que o autor destacou que, em um cárcere, mesmo sem a presença do guarda, policial vigiando os prisioneiros, só de pensar na possibilidade de estar sendo vigiado ou de ser punido, os indivíduos se assujeitavam. Nesse sentido, as disciplinas envolvem também o controle das atividades dos indivíduos, horários, movimentos corporais, objetos manipulados. Os indivíduos submetidos às disciplinas são permanentemente examinados, ou seja, uma estratégia da política sobre o corpo humano que circunscreve a *biopolítica* – governo da vida que a modela.

Essa, por sua vez, trata de estimativas estatísticas e de medidas globais para estabelecer mecanismos reguladores da população que perpassam a medicina social, a higiene e medicalização da população e educação. Esse exame, diagnóstico, discurso médico, produção de um saber-poder articulamos também com o saber médico como vimos na proposta de Ramos (1939), atuante

² O filósofo inglês Bentham analisa o panóptico em dimensões físicas, arquitetônicas, elaborado para um sistema prisional e controle daqueles que estão inseridos nesse contexto. No entanto, Foucault (2004) amplia essa interpretação para o campo social e problematiza sobre o viés constitutivo daquilo que viria a ser chamado posteriormente de sociedade disciplinar/moderna (Miller, 2000, p. 75-107).

na Escola Nova, e nos dias atuais com as cartilhas e formação continuada, na parceria Secretaria Municipal de Saúde com Secretaria de Educação (Semed). Assim, percebemos, novamente, a relação do saber médico atrelado à educação, não apenas para promover a vida, mas colaborando com um processo de controle social por meio da disciplinarização de corpos e mentes, instituída em uma bio-necropolítica.

Não podemos deixar de mencionar o conceito surgido a partir do *adestramento, utilidade e docilidade do corpo* por meio das disciplinas que foi o biopoder³. É interessante destacar a reflexão também de Pelbart (2011, p. 59), “se o racismo existia muito antes do surgimento do biopoder, foi este o responsável pela introdução do racismo nos mecanismos de Estado, e como mecanismo fundamental do Estado”. Assim, pelo campo do biopoder perpassa aspectos de nascimento e mortalidade, nível de saúde, longevidade, formas de viver, estando no cerne do saber médico.

Assim, concordamos com Moysés e Collares (2014) que a medicalização não é somente administrar medicamentos, mas nomear questões sociais em patológicas, ou seja, definindo o outro, o diferente como anormal ou “monstro”. Assim, a modernidade foi uma época de fabricação do outro sem alteridade, produzindo-o como diferença que precisava ser eliminada, e esse pensamento esteve imbricado no saber médico moderno, que subsidiou ações fascistas, nazistas, por exemplo.

Assim, a medicina social, a eugenia, o higienismo⁴ do passado não deixaram de existir, mas ainda se fazem presente atualmente. Pois, como podemos perceber uma política sobre a vida e corpo social, conforme a orientação para prevenção da saúde, abordado no Praep (2020), porém a intervenção do saber médico como orientações e manuais, colaborando em um processo de retorno às aulas presenciais em um período que a população não

³ Conforme Foucault (1999), o biopoder é uma tecnologia da biopolítica que envolve o exercício do poder sobre a vida, enquanto unidade biológica por meio da disciplina. Enquanto a biopolítica é a forma como o governo lida com o coletivo, a espécie humana, o corpo social.

⁴ Movimento político e preventivo que buscava formar uma sociedade sadia e útil em prol do sistema capitalista que ganhou maior fôlego no início do século XX. Segundo Ramos (1939), a higiene mental e social seria mais eficaz sendo aplicada desde a infância, a fim de formar adultos obedientes, trabalhadores e sadios para atender a sociedade capitalista. Nesse sentido, a importância da educação e formação infantil para os anseios políticos e projeto de nação moderna.

estava vacinada, seria uma intervenção da medicina em questões sociais, políticas e educacionais, ou seja, uma medicalização da sociedade e da educação, contribuindo para o extermínio de determinados grupos sociais. Desse modo, o outro, o anormal, os diferentes é que fazem parte dessa eliminação.

Percebe-se que a cartilha do Praep vem como um elemento salvacionista, por conter a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Alagoas, contendo, por sua vez, orientações médicas, o que, por si só, já fosse o suficiente para garantir o retorno presencial seguro.

A gestão escolar deve articular com a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de estabelecer parceria na execução do protocolo de segurança sanitária planejada pela escola [...] para planejar o acolhimento dos servidores e, posteriormente, dos estudantes, além de definir junto ao órgão municipal, qual procedimento deve ser estabelecido quando da identificação de sintomas gripais nos estudantes (Alagoas, p. 10, grifo nosso).

Nesse sentido, a medicalização continua fazendo-se presente, não ficando apenas no contexto social e educacional de Arthur Ramos (1939), mas ainda se faz presente nos dias atuais, sobretudo, conforme podemos ver a íntima relação Medicina e Educação, sobretudo, em tempos de pandemia de Covid-19. É importante destacar que o conceito de medicalização aqui adotado não é de administrar medicamentos aos escolares, mas da intervenção e articulação do saber médico em questões sociais, políticas, filosóficas e educacionais, conforme já mencionado. Assim, o saber-poder médico pretende orientar a população como deve viver sua vida.

É interessante mencionar que para os objetivos do Praep fossem alcançados, foi estabelecido um plano de ações, incluindo divulgação e orientações em formação continuada de professores de vários municípios, entre eles, Maceió, sendo este presente na primeira etapa, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Plano de ação do Protocolo de Biossegurança (2020)

1ª Etapa	Preparação da equipe
2ª Etapa	Reestruturação da nova rotina no ambiente escolar (espaços)
3ª Etapa	Monitoramento de todos os espaços (checklist)

Fonte: Seduc (AL). Protocolo de Biossegurança para a Retomada das Aulas (Praep/2020)

Diante desse plano de ação, faremos uma análise de uma formação remota exposta no canal Semed-Maceió, do Youtube, em 2020, intitulada “Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas”, que podemos perceber que envolve a primeira etapa do plano *preparação da equipe*. A palestrante da formação continuada para professores e gestores é médica do trabalho e atua no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (Cerest).⁵ Ela trouxe orientações para os profissionais da Educação da rede municipal de Maceió. A palestra está disponível também on-line para outros públicos interessados.⁶ Neste momento, colocaremos alguns pontos mencionados pela palestrante e alguns comentários do *chat* de resposta, buscando refletir sobre a concretização da necrobiopolítica na educação escolar e na produção de um saber-poder. Na citação seguinte, a médica Ana Paula Cavalcante destaca os objetivos do serviço prestado pela Cerest aos profissionais da educação:

[...] promove assistência à saúde dos trabalhadores desde uma promoção a gente já vê alguns colegas, alguns professores [...] já devem ter recebido nossa visita. A gente faz um trabalho junto com a Semed de prevenção e promoção de saúde direcionado a um público das escolas: professores, administrativos, merendeiras. Nós temos um trabalho direcionado para essas categorias e nós atuamos na recuperação e suporte em doenças (Cavalcante, 2021, n. p.).

Na palestra, a médica explicou como ocorreu o surgimento do coronavírus, as formas de transmissão, período de incubação, as pessoas mais

⁵ A convite da Secretaria Municipal de Educação de Maceió.

⁶ A palestra encontra-se no canal da Semed, Maceió, disponível em Palestra - Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas: <https://www.youtube.com/watch?v=YQ3rRJ3eZbU>.

suscetíveis à infecção por Covid-19, sintomas (assintomático, resfriado comum, pneumonia grave), bem como o decreto 8995/2020 do regime de teletrabalho, boletim epidemiológico, sobretudo, orientações destinadas aos ouvintes.

O uso da máscara foi uma recomendação crucial para evitar a Covid-19. Segundo Cavalcante (2021, n. p.): “a máscara então desde o início da pandemia [...] é um item obrigatório, então a importância da máscara na prevenção de transmissão”, devendo ser usada por toda a comunidade escolar, bem como trocar a “cada 3 horas”. Algo interessante a se pensar seria que a quantidade de máscaras seria em número insuficiente para todos e todas, logo seria inviável sua troca nesse período. A palestra foi do tipo expositiva, em que não se permitia o diálogo com os espectadores, e foram abertas algumas perguntas ao final, porém nem todas foram respondidas, a mediadora selecionou algumas questões. Muitas indagações foram deixadas de lado, bem como comentários no *chat*, tais como: “a Semed irá disponibilizar as máscaras?”, “As crianças colocam a mão no rosto a toda hora. Vi isso no dia da entrega dos kits”. “Criança derruba, pega, baba [...]”

Diante dessas falas dos docentes em resposta à palestra, podemos perceber a descrença no protocolo de biossegurança no retorno às aulas presenciais. Desse modo, o protocolo torna-se inatingível em relação à segurança, o qual não condiz com a realidade da comunidade escolar, pois muitos estudantes não têm nem as necessidades básicas supridas, tais como a alimentação, inclusive, ter máscaras extras para serem trocadas à medida que molhar, sujar, cair etc. Desse modo, o discurso proferido pela médica do trabalho cai no âmbito do *verbalismo* o qual Paulo Freire (1996) destaca quando a teoria é separada da realidade, ou seja, distanciada do cotidiano. Mediante isso, podemos observar relações de saber e poder, pois nas palavras de Foucault (2014):

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de ‘poder-saber’ não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que

conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder e de suas transformações históricas (Foucault, 2014, p. 31).

Tendo como base o pensamento foucaultiano supracitado, o discurso médico trazido na palestra envolve um poder-saber. Isso significa que o saber não é neutro, e está entrelaçado em rede de relações, ou seja, ele não está apenas em um ambiente, mas em uma rede, em vários espaços, tempos, contextos, e em tempos de pandemia da Covid-19, também disseminado por meio de plataformas digitais, como pudemos ver na palestra mencionada. O saber está vinculado ao poder estatal de orientar a população; nesse caso, aos profissionais da educação, estabelecendo uma prática discursiva, por meio do discurso médico-científico, legitimado, validado e autorizado, buscando produzir processos de subjetivação e docilização.

Desse modo, intentando inculcar a crença de que, seguindo as orientações do protocolo de biossegurança, seria suficiente para o retorno seguro ao contexto escolar presencial, constituindo uma biopolítica e necropolítica. É o que Foucault (2010, p. 244) destaca em sua obra *Em defesa da sociedade*, onde define como racismo de Estado que tem como fundamento a noção de guerra, sobretudo, “guerra das raças” envolta por relações de poder, “essa guerra que atravessa o campo do poder, põe as forças em confronto, distingue amigos e adversários, engendra dominações e revoltas [...]”.

Outra recomendação da palestrante da formação continuada foi em relação ao distanciamento físico, vejamos:

o distanciamento físico em que as cadeiras tem que estar afastadas 1,5 metro e meio entre um estudante e outro [...], e o professor ficar 2 metros de distância [...] reduzir a quantidade de materiais como livros, brinquedos [...] (Cavalcante, 2021, n. p.).

Manter o afastamento de 2 metros de crianças pequenas no que se refere à educação infantil é utópico. Conforme o documento das Orientações Curriculares para a Educação Infantil de Maceió: “A indissociabilidade entre cuidar e educar inerente ao conceito de educação em sua integralidade.” (Maceió, 2015, p. 7). Então, cuidar de bebês e educar crianças menores de 6 anos, sem se aproximar, torna-se irrealizável assim como reduzir a quantidade

de brinquedos e brincadeiras, tendo em vista que é um direito da criança. O brincar vai ao encontro da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança; pois, segundo o mesmo documento, esse nível de educação deve basear-se em princípios éticos, políticos e estéticos possibilitando experiências nas quais sejam desenvolvidas a autonomia, reconhecendo o papel ativo e de cidadão desde o nascimento da criança. Para que isso ocorra, devem ser consideradas as múltiplas linguagens da criança, entre elas, a brincadeira. Assim, reduzindo os brinquedos, provavelmente limitaria o brincar.

Outra questão mencionada por Cavalcante (2021) foi sobre a escola; precisa ter várias torneiras para lavar as mãos, espaços amplos, formas de lavar as mãos, uso de máscara e álcool em gel. Essa explanação impulsionou alguns comentários no *chat* da palestra por parte de alguns docentes, tais como visto no Quadro 2.

Quadro 2 - Principais falas na palestra *Protocolos de Biossegurança para a Retomada das Aulas*

Discurso da médica palestrante	Comentários dos docentes
“Então, sempre na entrada da unidade de ensino, haveria a verificação da temperatura pelo termômetro digital, manter a distância, higienização de mãos e calçados de todos que entram”	“Esse protocolo não é para a estrutura (realidade) das nossas escolas!!!”
“E as cadeiras tem que estar afastadas 1,5 entre um estudante e o outro”	“Antes de todo esse processo é preciso disponibilizar vacina para os docentes. Afinal de contas, estão na linha de frente”.
“Enquanto ela [criança] tá no ambiente ela tem que usar máscara [...] a máscara é o item obrigatório desde o início. Quando trocar essas máscaras de tecido trocar a cada três horas, certo. Em máscaras descartáveis, daquela cirúrgicas, a cada 4 horas e de preferência já que vai ter a hora do lanche e, de preferência, trocar na hora. Então,	“Se é complicado para um adulto o uso da máscara, imagina com as crianças” “O problema é a criança permanecer com a máscara, e máscaras suficientes para o período que estiver na creche, bem como uma higienização frequente dos ambientes comuns”

<p>sempre tem que levar máscara extra, porque vai ser trocada no meio do turno, uma a mais, caso a máscara cair no chão. Levar mais duas máscaras extras para ser trocadas na hora do lanche”</p> <p>E a gente não pode relaxar nesse momento [...] nesse momento de perspectiva de o retorno de atividade e de perspectiva de vacina tão próximo... é o momento crucial se deve manter a atenção dobrada</p>	<p>“Esse retorno será complicado, porque nossas escolas não têm infraestrutura mínima pra receber alunos e funcionários com segurança. Definitivamente, os nossos governantes estão nos levando pra um matadouro”.</p> <p>“Vamos pra guerra sem armas. É lindo isso!”</p> <p>“Sem vacina, voltar é um absurdo!”</p> <p>“Eu não me protegi até agora pra me arriscar nas escolas...já que tenho 4 patologias.....só com vacina”</p> <p>“Vacina antes da volta presencial”</p>
<p>“Evitar o uso de ar-condicionado tá e manter as portas e as janelas abertas priorizando essa ventilação natural”</p>	<p>“Escola sem janela? como fica?”</p>

Fonte: A autora⁷

Podemos observar pelo discurso da médica palestrante que as orientações são distanciadas da realidade da escola pública, pois conforme os docentes comentaram as escolas carecem de estrutura física, de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), dentre outros, pois devido a isso, torna-se uma proposta difícil de ser implantada na rede pública de educação. Desse modo, constitui-se como a concretização da biopolítica, e até mesmo, da necropolítica no contexto educacional em tempos de pandemia em que o saber médico como estratégia biopolítica vinculada ao poder do Estado, exercem o controle sobre a vida da população, expondo-os à morte, em que esse público (educadores, crianças e familiares da camada popular) são os “inimigos”, e os que “deverão” ser eliminados, reafirmando, assim, o que Foucault (2010) ressaltou como racismo de Estado por meio da biopolítica.

⁷ Discursos disponibilizados no Canal Semed-Maceió do youtube (2020) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YQ3rRJ3eZbU>

O discurso como prática social que estabelece uma relação dialética entre linguagem e sociedade em que podemos refletir sobre questões políticas, econômicas e sociais. Assim, o discurso não é neutro, ou seja, está permeado por uma construção histórica e social, em que produz subjetividade e formação de identidade. Silvio Almeida (2019) traz o diálogo sobre o racismo estrutural que vem da noção de raça⁸ (biológico), isto é, de classificação, a princípio com plantas e animais, depois, com seres humanos.

O referido termo se difundiu com os tempos modernos, em meados, do século XVI, e está relacionado a um contexto histórico e social. Nesse período, com o mercantilismo e exploração de novas terras, buscou-se uma noção moderna de homem pautado no modelo europeu, constituindo o “homem e razão universal”. Mais adiante, o homem não é apenas sujeito cognoscente, mas objeto de conhecimento, pois ele é um ser que vive, fala, pensa, trabalha. Assim, por meio da comparação e classificação dos grupos humanos, definindo-os em civilizados e selvagens ou primitivos.

E se pensarmos na história do nosso país, os europeus buscaram civilizar os indígenas, bem como escravizaram a população negra, pautando-se nessa “necessidade” de civilização embasada na superioridade de uns, e inferioridade de outros, ou seja, em uma base ideológica. E desse tempo para cá, sobretudo, em tempos de pandemia Covid-19, a colonialidade⁹ se revela no discurso médico proferida pela palestrante. pois: “Então, sempre na entrada da unidade de ensino, haveria a verificação da temperatura pelo termômetro digital, manter a distância, higienização de mãos e calçados de todos que entram” (Cavalcante, 2020, n. p). Nesse viés, a colonialidade se mostra atuante, no sentido de que, por meio do discurso, busca adentrar na estrutura subjetiva e imaginária dos ouvintes, a fim de convencê-los que o protocolo de biossegurança é o suficiente para o retorno presencial seguro. Assim:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Se funda na imposição

⁸ Segundo Almeida (2019), não há evidências científicas que defina o conceito de raça a partir da biologia, mas sim um fator político, utilizado para naturalizar desigualdades, segregações e genocídios.

⁹ “[...] a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (Mignolo, 2005, p. 75). Assim, ela não foi fruto desse tempo histórico, mas esteve no lado oculto da mesma.

de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de poder (Quijano, 2007, p. 93).

Ao mesmo tempo que a referida palestra promove uma formação com um viés preventivo e “solidário”, por outro lado, envolve um racismo étnico, cultural e econômico, pois as pessoas que retornaram, em sua maioria, são negras, pardas, da camada popular, expostas ao vírus, e até mesmo, à morte. E isso é legitimado pelos decretos, portarias, legislações definindo o “racismo como uma relação estruturada pela legalidade” (Almeida, 2019, p. 136). A colonialidade é fundamentada pelo racismo envolto pela hegemonia, dominação, negação e desumanização. Isso nos faz questionar o sentido de humanidade que para Krenak (2020) a pandemia revelou a desumanidade por meio da necropolítica tanto do governo federal, do Estado e de quem estava a seu serviço quanto do processo de naturalização do número de mortos, diariamente, pela Covid-19. A naturalização das mortes só desnuda outras, tais como: a miséria, a fome, o feminicídio, entre outros, que se tornaram mais evidentes nesse tempo. Assim, a pandemia nos mostra que determinados grupos sociais tratavam outros como sub-humanos, o que caracteriza a *eugenia*, matando mais que o coronavírus.

Ao mesmo tempo em que a biopolítica busca aumentar o poder por meio da ampliação da vida traduzida na capacidade produtiva dos indivíduos, no contexto pandêmico, ela envolve também a *tanatos-política*, referido por Giorgio Agamben (2017) ao expor determinados grupos à morte. Alguns exemplos, foram os campos de concentração nazista, a eutanásia, pena de morte, em que a política de morte intervém no corpo de determinados sujeitos, eliminando-os. Por isso, nos referimos ao termo bio-necropolítica.¹⁰

Esse retorno será complicado, porque nossas escolas não têm infraestrutura mínima para receber alunos e funcionários com segurança. Definitivamente, os nossos governantes estão nos levando para um matadouro (Professora Y, entrevista em 2020).

Nessa política de morte, imperou a inferiorização de certos grupos, pois, enquanto uns estavam seguros em seu lar, outros eram obrigados a ir ao encontro da Covid-19. Além disso, o já citado por Bolsonaro (2020), que a

¹⁰ Ver o conceito da necropolítica mencionado por Achille Mbembe (2017).

economia seria o motor da sociedade, e o vírus era apenas uma “gripezinha”, constituindo um racismo atrelado à política, economia e história. Assim, em um período de desgoverno tirano, a bio-necropolítica, além de estar no âmbito do corpo e vida da população, buscou adentrar o âmbito do pensamento, da colonialidade do ser, assim, universalizando um pensamento e uma história, eliminando os que não faziam parte da sua raça e igualdade.

Desse modo, a biopolítica e necropolítica definem quem vive e quem morre conforme a raça, pois os classificados como “degenerados”, os tidos como “anormais” pelo Estado são eliminados, concretizando-se, nas mais diversas faltas: de alimento, de saneamento básico, de emprego, de educação, de saúde, de assistência, de vacina, entre tantos outros. Nisso, também podemos observar a banalização da vida por parte do governante supracitado, sobretudo, sobre os mais desfavorecidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 nos trouxe várias reflexões em torno das relações de poder presentes no contexto político, social, sobretudo, educacional. Entre elas, pensarmos na política de vida e morte da população. Assim, quanto o Estado demonstrou a sua política perversa sobre diversos povos em que a fome, a miséria e a morte, em todas as suas dimensões, evidenciaram-se em tempos de coronavírus. Desde o início da pandemia, os pesquisadores apontam a relação entre a destruição do sistema ecológico e o surgimento de doenças que ameaçam a vida. Assim, percebemos que a crise sanitária vai além do coronavírus, envolvendo um fenômeno mais grave, pois perpassa pela forma como nos relacionamos com o ambiente, com o próximo e conosco.

O coronavírus foi só a ponta do iceberg, pois está entrelaçado com questões sociais, políticas, econômicas e educacionais. O vírus, por si só, não discrimina, porém, a exposição à morte por meio da aglomeração pela obrigatoriedade do retorno ao trabalho para o sustento; a falta de assistência médico-hospitalar, com o número maior de hospitais, leitos, medicações e equipamentos que atendessem à demanda do povo; políticas públicas (sociais, sanitárias, educacionais) deixaram a população negra, indígena, idosos, crianças e toda a camada popular mais propensos ao extermínio, constituindo

uma política eugênica baseada no darwinismo social, em que os que se adaptarem por si só, sobrevivem, os que não se adaptarem ao vírus, morrem. Assim, o governo da época, “tirou o corpo fora” negando sua responsabilidade, a ciência e banalizando a gravidade da doença e a vida da população.

A palestra da médica na formação de professores propôs um discurso preventivo, porém não considerou os riscos às infâncias e suas realidades. Ela nunca vivenciou o chão da escola, simplesmente elaborou slides e disseminou o discurso médico distante da realidade da escola pública, impondo práticas impossíveis de serem exercidas.

A medicina como estratégia biopolítica buscou intervir em corpos e mentes em prol de um controle social tanto no passado quanto no presente, embora, com suas aproximações e distanciamentos em diferentes tempos e discursos médicos.

Assim, nos tempos de pandemia (Covid-19), o saber médico a serviço do Estado adentrou, no campo educativo, exercendo autoridade por meio do discurso e políticas, em uma relação de saber e poder em que “matou” o afeto, a democracia, o brincar, o amar que favorecem experiências aos infantes que contribuem no desenvolvimento da autoconsciência e consciência social – a morte das infâncias.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos Corpos**. Tradução: Selvino J. Assmann, São Paulo: Boitempo, 2017.

ALAGOAS. **Portaria SEDUC No 4.904/2020**. Estabelece o regime especial de atividades escolares não presenciais nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Alagoas, como parte das medidas preventivas à disseminação do Coronavírus. Diário Oficial de Alagoas. 19 jun. 2020.

ALAGOAS. PRAEP. **Protocolo de Retorno às Atividades Escolares Presenciais**. 2020. Disponível em: http://www.educacao.al.gov.br/images/Protocolo_de_retorno_%C3%A0s_Atividades_Escolares_Presenciais_-_PRAEP.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BOLSONARO, J. M. **Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão**, março, 12, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe->

[o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-m-cadeia-de-radio-e-televisao-5](https://www.youtube.com/watch?v=...). Acesso em: 25 mar 2020.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CAVALCANTE, Ana Paula. **Palestra**: protocolos de biossegurança para a retomada das aulas. 2021. Disponível em: [\(360\) Palestra - Protocolos de biossegurança para a retomada das aulas - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=...). Acesso em: 9 fev. 2021.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos**: biopolítica e filosofia. Tradução: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução de Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a educação Infantil da Rede Municipal de Maceió**. Maceió: Edufal, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. **Arte & Ensaios, Revista do Ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, dez./2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MOYSÉS, Maria A. A.; COLLARES, Cecília A. L. Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo. In: VIÉGAS, Lygia de Souza *et al.* (org.). **Medicalização da educação e da sociedade**: ciência ou mito? Salvador: EdUFBA, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTROGÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126

RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária (1939a). Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1954.

RAMOS, Arthur. **Saúde do espírito**: higiene mental (1939b). 7. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Nacional de Educação Sanitária, 1958.

DADOS DOS AUTORES

Fernanda Lays da Silva Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFAL), na linha Educação, Culturas e Currículos, do grupo de Filosofia da Educação. Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFAL) da linha Processos Educativos com foco na história do currículo, atividade docente e subjetividades. Psicopedagoga pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA). Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Alagoas (2011-2015). Ao longo da trajetória acadêmica os meus estudos têm sido em História da Educação, Currículo e Filosofia da Educação. Fui membro do grupo de estudos sobre História, Literatura e Cultura que proporcionou reflexões sobre a História da Educação para a compreensão da atualidade, e do grupo Currículo, Atividade Docente e Subjetividades, tendo como perspectiva teórica os estudos do filósofo francês Michel Foucault, para compreender e refletir sobre as relações de poder e saber na construção de subjetividades. Atuou como professora efetiva, dos anos iniciais, da rede pública municipal de Maceió e como tutora, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: nandalays.sic@gmail.com

Walter Matias Lima

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (1988), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Doutorado em Educação (Filosofia e Educação) pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Fez Estágio Pós-Doutorado na Université Rennes II: Centre de recherche sur l'éducation, les apprentissages et la didactique (CREAD). Professor Titular da Universidade Federal de Alagoas, no Centro de Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de filosofia, filosofia francesa contemporânea, culturas e corpo, e formação docente. Professor nos seguintes programas de Pós-Graduação: PPGE/UFAL e PPGAU/UFAL. Atualmente Coordenador Geral das Pós-Graduações: CPG/PROPEP/UFAL. E-mail: waltermatias@gmail.com